

# Educação básica: de costas para o futuro

João Batista Araujo  
e Oliveira \*

O principal fator capaz de deter o aumento do fosso que separa os países ricos dos pobres reside numa política educacional que garanta ensino universal de boa qualidade. Sem isso, não há política econômica, industrial ou de ciência e tecnologia que dê resultado.

Não há capital que renda, indústria que funcione ou máquina que rode. Vide a Alemanha de 1945 e a Alemanha Oriental de 1990: não há recursos, o parque industrial é obsoleto ou está arrasado. No entanto, é lá o lugar de se investir: o capital humano foi preservado.

Se até hoje foi possível manter um ritmo de crescimento econômico baseado em mão-de-obra desqualificada e barata, a realidade mudou. Ou nos educamos, a todos, ou vamos competir com a Guatemala e o Haiti, países cujos sistemas educacionais se parecem muito com o que oferecemos a 90% da nossa população.

Enquanto isso, assistimos à gestão mais melancólica e desastrosa que jamais tivemos no setor. Isto é tão mais lamentável porque nos faz perder um precioso tempo. Infelizmente o papel do governo central ainda é essencial para corrigir distorções seculares de pobreza e distribuição de renda. O MEC resiste a cumprir a Constituição e condena o país a entrar de marcha à ré no século XXI.

A indiferença pelas questões do ensino básico não deveriam ser novidade. Afinal, nenhum ex-ministro da Educação, por competente que tenha sido, pode ser acusado de ter tentado equacionar, de frente, e de maneira definitiva, os problemas do ensino básico. Leia-se definitiva, porque esta é a única forma de fazê-lo. Campanhas, projetos, mudanças de currículos e pareceres do CFE foram tentados, mas isso não muda nem mudou a realidade. Com isso, ficamos atrasados mais de 200 anos em relação à maioria dos países da Europa, 50 anos em relação ao Japão, e vinte em relação aos nossos (ainda) concorrentes na Ásia. Só que, neste final de milênio, o ritmo é outro.

Com os avanços tecnológicos, o panorama muda, uma vez que a base de conhecimentos necessários para o desenvolvimento industrial é muito maior: o modelo dual de poucos educados e muitos analfabetos não dá mais. A indústria de base tecnológica — carro-chefe do desenvolvimento econômico — só progride se educação básica e uma cultura tecnológica forem amplamente difundidas na sociedade. Ou seja, com todos frequentando uma boa escola. Na corrida tecnológica, não dá para contar apenas com uma reduzida elite.

Enquanto isso, o que faz o MEC? Tipicamente, o que faz um ministro da Educação? Primeiro, evita descontentar o ensino superior. Depois aloca os recursos do FNDE praticamente como bem lhe aprouver. E evita, a todo custo, se desgastar demais com o ministro que controla o caixa — Planejamento ou Economia. Fazer ou deixar de fazer, no ensino básico, nunca seguiu nem derrubou ministro. As brigas orçamentárias sempre se resolvem entre amigos. Um mau passo na área do ensino superior sempre foi fatal. O resultado, todos conhecemos.

Hoje assistimos a uma situação que seria até engraçada, se não fosse trágica. No plano político-administrativo o MEC não respondeu a contento aos apelos da reforma administrativa, nem demonstrou maior criatividade. Não se pode esperar nenhuma melhoria de sua eficácia operacional com base nas medidas tomadas. No que se refere ao ensino superior, os resultados, se não chegaram a desagradar aos interessados, também não chegaram a agradar. Mais vagas para cursos sem demanda e mais confusão no vestibular certamente não melhoram nossa posição face ao primeiro mundo.

Diferentemente de outras gestões, no entanto, o MEC investe contra o ensino de primeiro grau. Não só continua a alocar politicamente os recursos do primeiro grau — como sempre se fez —, mas, através de medidas provisórias, tenta criar brechas para desviar recursos deste para outros níveis de ensino, como se já estivéssemos no melhor dos mundos. Além disso, tenta distrair a população com programas de alfabetização de adultos que não deram certo em nenhum país do mundo. E ainda joga para uma minúscula platéia, aparentemente bem-curto prazo podem contribuir para liquidar o pouco que temos de qualidade, no setor privado.

E, pior, isto ocorre diante de um parlamento onde o senador Calmon já não é mais aquele solitário batalhador da educação. Hoje ele se senta ao lado de ex-ministros da Educação que, com sua experiência de frustrações, certamente apoiariam: Passarinho, Marco Maciel, Hugo Napoleão e Carlos Santana; sem falar em outras figuras comprometidas com o setor, como Fernando Henrique Cardoso e tantos outros ex-secretários estaduais de Educação. O problema da educação não é falta de político, é falta de uma política.

A julgar pela imprensa parece que o vestibular — que hoje concerne apenas 0,2% da população — é o prato predileto do atual titular da Pasta. É difícil entender por que um político tão experiente esteja encontrando tantas dificuldades em afinar a máquina e entrar no tom do maestro. Será que o ministro da Educação não leu o projeto educativo embutido no discurso de posse de Collor? O presidente parece obstinado com a derrubada da inflação, e seu comportamento pode ser compreensível. Pode ser que mais tarde Ele retome pessoalmente seus compromissos com o setor. Mas, mesmo a distância, é razoável supor que Collor não esperaria que seu ministro da Educação fosse igualmente obstinado pelo equacionamento dos problemas do ensino básico? Será que ele se importaria se o MEC andasse direito e resolvesse pedir emprestado um pouco de sua coragem para colocar as coisas em ordem? Afinal, o que a educação precisa, mais que tudo, é coragem e determinação políticas, capital que o presidente ainda pode esbanjar: quanto mais gasta, mais tem.

Por falta de uma política de educação de base, o país se encaminha para o passado. É preciso abrir os olhos, urgente, para o fosso que se cava aos nossos pés. As multinacionais e os capitais externos não virão para cá apenas porque não pagamos nossa dívida externa, ou porque nossas políticas econômicas são imprevisíveis. Mesmo se isso se resolver, elas não virão porque aqui não encontrarão uma força de trabalho ade-

quadamente preparada para o mundo tecnológico. Ninguém se interessa mais por mão-de-obra barata e despreparada: que não se iludam nossos governantes. Não adianta reclamar que os capitais irão para o Leste Europeu: o comunismo não conseguiu fazer grandes estragos no capital humano de países como a Hungria, Tcheco-Eslováquia ou mesmo a Polônia. É esta a lógica do desenvolvimento industrial de base tecnológica, não adianta espernear. É isto ou vender produtos defasados, que ninguém mais quer comprar.

Diante deste quadro, pergunta-se: o que fazer? A solução parece ser até simples, mas a questão é saber se realmente estamos diante de um problema. Até agora parece que não, ou pelo menos assim é a mensagem que recebemos de nossas autoridades que continuam a cuidar unicamente dos problemas da minoria privilegiada. No entanto, se realmente a qualidade da educação for um problema — o problema maior que enfrentamos no país — então as soluções podem se tornar relativamente simples. Não há grandes segredos, nem precisamos de grande esforço de imaginação: é só copiar o que deu certo em outros lugares. Se os países da Ásia, começando pelo Japão, conseguiram equacionar em 20 anos ou pouco mais o que os europeus levaram mais de 100 para fazer, por que não seríamos capazes de fazê-lo? O que nos impediria ao menos de tentar?

Embora pareça irônico, bastaria fazer exatamente tudo ao contrário do que vem fazendo o MEC, só que fazê-lo bem-feito. Na questão do financiamento, precisamos de uma política estável compatível com os custos de uma educação de boa qualidade e coerente com os dados demográficos. Não adianta atrelar recursos para educação à folha de pagamento das empresas: a demografia não passa por aí. São cerca de 25 milhões de crianças e jovens que precisam de educação de qualidade, independentemente do número de empregados nas empresas, da filiação partidária do prefeito, da preferência política do ministro de plantão por certos estados ou municípios, ou mesmo do tipo de escola que os alunos frequentam, seja ela federal, estadual, municipal, ou mesmo privada, em suas várias formas. Isso não custa barato, mas também não é algo que não poderíamos custear, com algum esforço. Em parte, esse custo pode ser financiado através de uma gestão mais eficiente. Mas requer também uma política de financiamento de longo prazo, baseada em regras de desembolso universalistas. Até hoje o FNDE opera em regime de capitania hereditária. Ou seja, há que revisar o sistema de captação, alocação e desembolso de recursos.

Em seguida vem o resto: uma política de remuneração docente acoplada a sistemas de formação e avaliação de desempenho; uma política de avaliação de alunos, para dar transparência à sociedade e proteção ao consumidor. E uma infraestrutura de informações, pesquisa e apoio à inovação. O resto é detalhe e questão de negociação política, inclusive no que diz respeito às formas de descentralização, estadualização, municipalização e privatização, desde que se assegurem, previamente, os recursos para fortalecer a escola, qualquer que seja o seu vínculo. Afinal, essas coisas funcionam das formas mais diferentes possíveis, e não é a centralização, a descentralização ou a existência de escolas privadas, em nenhum país industrializado, que os impede de avançar a passos largos para o próximo milênio.

Enquanto isso, aceleramos, em marcha à ré, rumo ao passado. Pouco mais de 470 semanas nos separam do ano 2.000. Quantas mais dessas preciosas semanas nos fará perder o MEC?

\* Do programa de treinamento da OIT em Genebra, Suíça